

TRAJETÓRIAS CHINESAS EM ROTAS DE COMERCIALIZAÇÃO: (RE) TERRITORIALIZAÇÕES NOS CENTROS HISTÓRICOS DO BRASIL A PARTIR DO CASO RECIFE – PE

Taynara de Carvalho Neves¹

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife, PE, Brasil

Priscila Batista Vasconcelos²

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife, PE, Brasil

Norma Lacerda³

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife, PE, Brasil

Enviado em 28 out. 2020 | Aceito em 08 nov. 2021

Resumo: Ao caminhar pelas ruas do Centro Histórico do Recife, chama a atenção a presença de um comércio popular tradicional, concentrado em partes contíguas dos bairros de São José e de Santo Antônio, área conhecida como Vuco-vuco. Esse comércio abastece o Grande Recife e as cidades circunvizinhas de mercadorias de baixo custo, tanto para o comércio atacadista como para o varejista. As ruas estreitas e os becos dessa área se transformaram no decorrer do tempo. A partir dos anos 1990, com a inserção do Brasil no mundo globalizado, muitas das fachadas das suas lojas passaram a exibir um colorido até então inexistente. Placas, nas cores amarela e vermelha, estampam nomes em mandarim e, assim, anunciam a presença de migrantes chineses. Neste artigo, busca-se desvendar o processo de (re) territorialização desses migrantes na centralidade histórica recifense, processo que vem contribuindo para ampliar o espectro de trajetórias (histórias) que ali coexistem.

Palavras-chave: migração chinesa; (re) territorialização; Centro Histórico; Recife; São José.

1. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE. Economista, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8053-4058>, e-mail: taynaracarvalho@gmail.com

2. Doutora em Geografia/UFPE, geógrafa e professora/UFPE, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6531-8672>, e-mail: priscila.vasconcelos@ufpe.br

3. Doutora em Géographie Aménagement et Urbanisme - Université Paris III (Sorbonne-Nouvelle), Arquiteta e Urbanista e professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3596-1736>, e-mail: norma_lac@yahoo.com.br

CHINESE TRAJECTORIES IN COMMERCIALIZATION ROUTES: RETERRITORIALIZATION IN THE HISTORICAL CENTERS OF BRAZIL FROM THE CASE OF RECIFE - PE

Abstract: A traditional popular market commonly known as Vuco-Vuco and concentrated around São José and Santo Antônio neighborhoods draws the attention of those walking the streets of Recife's Historic Centre. The market supplies the greater area of Recife and surrounding cities with low-cost merchandise for both wholesale and retail commerce. Brazil's insertion in the global market from the 1990's on helped introduce new color schemes in store fronts of that area. Red and yellow signs convey names in Mandarin, announcing the presence of Chinese migrants. This paper aims at understanding the process through which migrants (re) reterritorialization of central historic parts of Recife, a process which has contributed to a broadening range of paths (stories) that coexist in that area.

Keywords: Chinese migration; Reterritorialization; Historic Centre; Recife; São José

TRAJECTOIRES CHINOISES DANS LES ROUTES COMMERCIALES: (RE)TERRITORIALISATION DANS LES CENTRES HISTORIQUES DU BRÉSIL À PARTIR DE RECIFE - PE

Résumé: En se promenant dans les rues du casque historique de Recife, on remarque la présence du commerce traditionnel populaire, concentré dans les parties contiguës des quartiers de São José et Santo Antônio, connue sous le nom de Vuco-vuco. Ce commerce approvisionne le Grand Recife et les villes environnantes en produits à bas prix, tant pour le grands commerçants que pour le publique en général. Les rues étroites et les ruelles de ce quartier ont changé au fil du temps. À partir des années 1990, avec l'insertion du Brésil dans le monde globalisé, de nombreuses façades de magasins ont commencé à afficher des couleurs qui n'existaient pas avant. Aujourd'hui des panneaux, en jaune et rouge, affichent les noms en mandarin et font ainsi annoncer la présence des migrants chinois. Dans cet article, nous cherchons à éclaircir le processus de (re)territorialisation de ces migrants au centre-ville de Recife, un processus qui est en train de contribuer à élargir le spectre des trajectoires (histoires) qui y coexistent.

Mots-clés: migration chinoise; (re)territorialisation; Centre historique; Recife; São José.

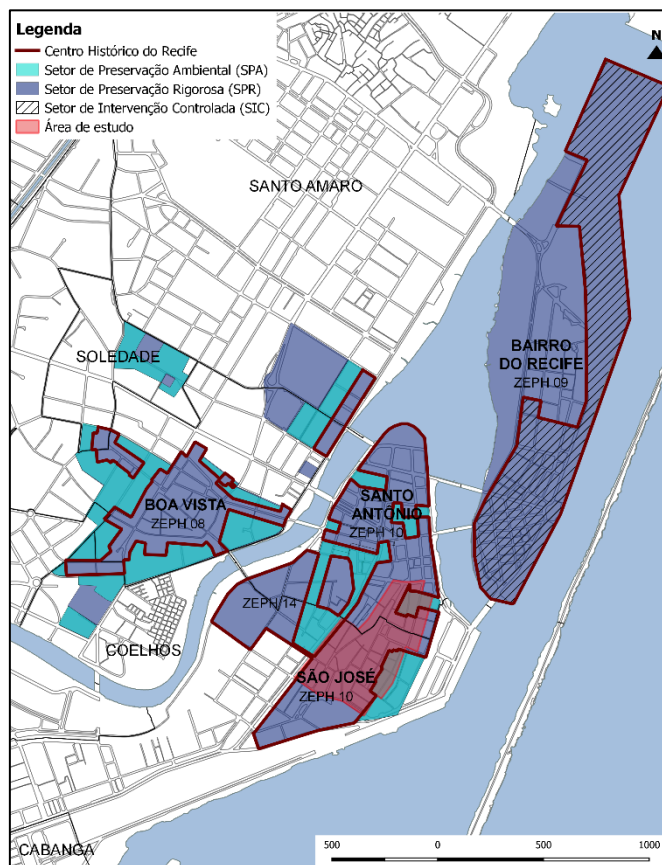


Introdução

Os centros históricos brasileiros, salvo algumas exceções, abrigam, entre outras, a função de comércio popular, atividade presente desde a época colonial. Neles, vivencia-se uma dinâmica cotidiana marcada pelo intenso movimento provocado por aqueles que procuram mercados públicos, feiras, lojas tradicionais, muitas delas especializadas, outras erguidas/sustentadas a partir de ciclos familiares, isto é, de passagens por meio da herança. O comércio informal é pulsante. Ocupa ruas e becos, o que alimenta ainda mais a paisagem de fluxo intenso de pessoas em busca da diversidade de produtos ofertados. Além da reconhecida centralidade urbana, também carregam a tônica legal e sentimental de patrimônio histórico. Como ensina Milton Santos (2007), quando aborda o espaço geográfico, e Fernando Carrión (2010), quando trata de centralidade histórica, é nos centros históricos que se observa o maior acúmulo de tempos.

O tempo mais recente se refere à inserção desses centros no mundo globalizado, iniciada nos anos 1990 e intensificada a partir dos anos 2000. Isso vem viabilizando a proliferação da comercialização de produtos importados por chineses imigrados, o que estabelece relações estreitas entre o global e o lugar. Nas entrelinhas desse jogo de escala, o lugar — entendido a partir da ideia da geógrafa Doreen Massey (2015) — está na situação de coleções de trajetórias (histórias) inacabadas e inseridas numa conjuntura de geometrias de poder que se relacionam com topografias mais amplas de espaço. O lugar, no caso do presente estudo, são as partes contíguas dos bairros de São José e de Santo Antônio, correspondentes ao que se convencionou chamar Vuco-vuco. Neste texto, serão referenciadas unicamente como São José. A Figura 1, a seguir, indica os bairros que compõem o Centro Histórico do Recife (CHR), bem como a área objeto do estudo.

Figura 1 - Centro Histórico do Recife e São José (Vuco-vuvo)



Fonte: Prefeitura do Recife. Lei nº 16.176/1996. Elaboração: Camila Soares Silva, Gemfi, 2020.

Cabe anotar que esses dois bairros resultam do processo inicial de ocupação da cidade do Recife. Remontam ao século XVII, quando da invasão holandesa (1630–1654). O Conde João Maurício de Nassau implantou o primeiro plano urbanístico da cidade, de autoria do arquiteto Pieter Post. O plano indicava a expansão do núcleo urbano para além da Ilha do Recife – o nascedouro da cidade –, mais especificamente em direção à então Ilha de Antônio Vaz, hoje dividida nos dois aludidos bairros.

Entre 1880 e 1930 chegaram ao Recife migrantes italianos, cuja adaptação se deu, em grande parte, por meio da convivência nessa localidade [São José] (ALBUQUERQUE, 2017). Entre 1930 a 1945 desembarcaram nessa cidade árabes, especialmente palestinos (ASFORA, 2011), que passaram a viver do comércio de miudezas notadamente nesse local. A eles se juntaram judeus advindos de diversos países. Mais recentemente, chineses ali se fixaram com as suas bugigangas, anunciando um futuro, “uma nova faísca (lampejo ou relâmpago) de tempos heterogêneos”, nos dizeres de Jacques (2019, p. 170) (LACERDA, 2021, p. 116).

Esse é o espaço de maior aglutinação de lojas chinesas no Recife. Espaço que coincide com o núcleo de atividade comercial popular do Centro Histórico do Recife (CHR). Esse núcleo, por sua vez, corresponde a uma parte da Zona de Preservação do Patrimônio Histórico 10 (ZEPH 10), como pode ser observado por meio da Figura 1. Cabe destacar que a maior porção desse lugar se insere no Setor de Preservação Rigorosa, consoante à Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.176/1996). Diante da ausência de delimitação institucional do CHR, a pesquisa em rede Mercado Imobiliário em Centros Históricos Brasileiros (MICH) considera ser ele formado por um conjunto de ZEPHs,

localizadas nos bairros do Recife, de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista, e pelo Setor de Intervenção Controlada (SIC), situado no Bairro do Recife, também de rigorosa preservação.

Cabe destacar que a aproximação dos autores deste texto com a temática acerca dos chineses ocorreu no âmbito da aludida pesquisa, mais especificamente dos estudos sobre o Centro Histórico recifense. Inicialmente, foram estudados os processos diretamente relacionados aos fenômenos globais, a exemplo do parque tecnológico, cujas empresas, “embarcadas” no Projeto Porto Digital, concentram-se notadamente no Bairro do Recife, integrante do CRH. Posteriormente, observou-se o aumento dos estabelecimentos comerciais chineses nesse Centro Histórico, especialmente em São José, fato este que estimulou o presente estudo.

Diante dessa realidade, este artigo objetiva realizar uma primeira aproximação em relação ao processo de inserção dos chineses em centros históricos brasileiros, com ênfase na (re)territorialização desses imigrantes, tendo como objeto empírico de análise o espaço de centralidade histórica de São José. Tal como recomenda Doreen Massey (2015, p. 30), esse espaço é entendido como “[...] o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão global até o intimamente pequeno”. Neste caso, as articulações de escalas foram requeridas ao longo da argumentação, percorrendo o caminho do global ao local e vice-versa.

Em relação aos procedimentos investigativos, no primeiro momento foi explorado o processo de dispersão dos chineses mundo afora por meio de pesquisa bibliográfica, o que permitiu afirmar que a sua intensidade, a partir de 1978, transformou esse processo numa importante ponte de comunicação e de desenvolvimento econômico da República Popular da China (RPC). Na segunda parte, foi recuperada, mediante bibliografias e pesquisas em arquivos de jornais locais, a migração chinesa para o Nordeste do Brasil, com destaque para o Recife. Finalmente, por meio de entrevistas e levantamento de campo a respeito da evolução dos estabelecimentos chineses em São José, das intervenções por eles realizadas nas edificações e dos diários de campo, foi possível analisar os desafios e os apoios coétnicos necessários à (re)territorialização dos migrantes chineses, o que resultou, no caso de São José, numa “pluralidade contemporânea” (HAESBAERT, 2004) de distintas trajetórias.

Chineses pelo mundo: uma topografia do lugar ao global e vice-versa

Há um poema antigo de origem chinesa que diz: “Onde quer que o oceano empurre suas ondas, os chineses acostam” (MA MUNG, 1994; POSTON e WONG, 2016). Esse verso denota que o processo das migrações chinesas, conhecidas como migrações ultramarinas (além-mar), não é recente. Até 1978, os diálogos entre o governo chinês e os cidadãos que estavam fora da China não eram institucionalmente tão marcantes. A partir daquele ano, intensificaram-se em decorrência das reformas relativas à abertura econômica da RPC, promovida por Deng Xiaoping. Os chineses ultramarinos passaram a ganhar visibilidade para o governo e a ser um elo entre as relações do país com o restante do mundo.

Nesse contexto, a migração chinesa ganha importância, uma vez que poderia contribuir para o processo de desenvolvimento econômico do próprio país. Fortes incentivos fiscais — para atrair investidores chineses do além-mar (investimentos externos diretos) — foram lançados pelo governo da RPC. A criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) de Xiamen, Shenzhen, Zhuhai e Shantou, nas cidades de Guangdong e Fujian, evidencia tal iniciativa. Ambas as cidades estão localizadas na área costeira sul da China. Tornaram-se uma ponte de articulação entre os chineses que moram fora da China Continental, como em Taiwan e em Hong Kong, mas também passaram a ser locais de referência para aqueles que estão dispersos nos demais países (BOLT, 1996).

Cabe destacar que, com a abertura da economia, Taiwan tornou-se um dos principais investidores das ZEEs instituídas na RPC na década de 1980. Sobre essas zonas Teixeira e Mandelbaum (2017) ressaltam que, desde meados de 1990, os chineses ultramarinos estabeleceram mais de 3 mil empresas em várias dessas Zonas. Segundo Kissinger (2011), são áreas prioritárias para investimentos externos diretos [na China], que podem contar, como anotado, com fortes incentivos fiscais, atrativos não desprezíveis.

De acordo com Wang Gungwu (*apud* POSTON; WANG, 2016), a migração chinesa pode ser classificada em quatro grupos, consoante o perfil dos migrantes. O primeiro – denominado de *Huashang* (华裔) – é caracterizado por aqueles que vão com as suas famílias para outros países, a fim de exercer atividades comerciais/empresariais. O segundo – intitulado *Huagong* (华工 苦力), os *coolies* – ocorre no período de 1840 a 1920, época correspondente a uma grande dispersão de chineses que iam trabalhar na mineração e nas construções de ferrovias no exterior. O terceiro – chamado de *Huaqiao* (华侨) (chineses ultramarinos) – é o daqueles que vivem nos países estrangeiros e se distingue por se tratar de migrantes com maiores recursos financeiros e, na maioria dos casos, com formação profissional. Foram eles responsáveis por realizar grandes investimentos na China nas últimas décadas. Por último, o quarto – denominado de *Huayi* (华裔) (pessoas com descendência chinesa) – surgiu, sobretudo, a partir dos anos de 1950. Segundo Poston e Wang (2016), embora os migrantes *Huashang* sejam os mais antigos, ainda são os que exercem o maior nível de influência no processo migratório chinês.

Como a atividade comercial tem sido a principal ocupação dos migrantes chineses ao longo da sua história, Ma Mung (1994) se refere à diáspora chinesa como a “diáspora comercial”, ou, em suas palavras, uma migração “empreendedora”, porque traz elementos distintos de uma migração clássica voltada ao trabalho, ainda que muitos migrantes venham no primeiro momento a fim de trabalhar para empresas chinesas já estabelecidas em outro país. Assim, o comércio tem sido historicamente a força motriz da sua dispersão. A China detém um dos maiores contingentes humanos em diáspora do mundo: 60 milhões de pessoas, espalhadas em 198 países ao redor do mundo, conforme apresentado por Hong Liu e Els van Dongen (2016).

Importa frisar que os movimentos migratórios mais recentes (a partir, sobretudo, da década de 1980) não podem ser confundidos com aqueles de mais longa data (desde o século XIX) que deram origem às tão famosas Chinatowns – modelo de ocupação urbana da migração chinesa presente nas cidades de Nova Iorque, São Francisco e Paris, entre outras. Essas comunidades agregam várias gerações. Seus membros, na sua maioria, exercem atividades comerciais, principalmente restaurantes de comida típicas e lojas (comércio de produtos chineses mais sofisticados) para turistas.

Foram os movimentos migratórios mais recentes que instaram o governo central a promover a imagem do país para o mundo. Para isso, foi estruturada uma política que envolve instituições governamentais e semigovernamentais. O Escritório de Assuntos Chineses no Exterior (Ocao) é uma dessas, cujo propósito é formular políticas voltadas sobretudo para os chineses residentes nos países estrangeiros. Essa instituição promove a proteção aos direitos dos cidadãos chineses e dos seus familiares. Cabe destacar que o Ocao possui outros eixos de atuação, como é o caso das políticas de reunificação entre a China e Taiwan e dos programas de incentivos para intercâmbios culturais e ensino da língua chinesa no mundo (HONG; DONGEN, 2016).

Essas instituições se tornam grandes redes que estruturam e possibilitam a diáspora chinesa. Ainda segundo os autores: “Isso demonstra que o Estado Chinês não recorre apenas às redes

chinesas diaspóricas, mas desempenha um papel ativo na criação dessas redes por meio de plataformas interativas onde o Estado, a sociedade e o capital interagem ativamente”⁴ (HONG; DONGEN, 2016, p. 22). As identidades chinesas de ultramar devem ser modeladas para integrar um amplo projeto de dimensões política, econômica e cultural. Interessa a Pequim auxiliar esses contingentes emigratórios, integrando-os a um projeto político capaz de reafirmar a cultura chinesa mundo afora e, ao mesmo tempo, criar possibilidades para se beneficiar economicamente.

Quanto ao ensino da língua chinesa no mundo, merecem um destaque especial os Institutos Confúcio, destinados ao ensino do mandarim. Segundo entrevista realizada em maio/2019 com o coordenador pedagógico do Instituto sediado no Recife, eles são vinculados ao Ministério da Educação da RPC, mais especificamente ao Escritório Nacional, cuja abreviação em mandarim é Haban. O Haban, além da responsabilidade pelos Institutos Confúcio, tem como função: (i) elaborar políticas para o desenvolvimento da língua chinesa internacionalmente, promovendo convênios com universidades estrangeiras; (ii) elaborar normas para o ensino do mandarim em diversos países; (iii) incentivar uma imersão na cultura chinesa por meio de diversas atividades. O primeiro Instituto surgiu no ano de 2004; hoje, são mais de 500 unidades espalhadas no mundo. No continente europeu, foram instalados 182 Institutos Confúcio; nas Américas, 160 sedes; na Ásia, 126; na África, 59; e, na Oceania, 21. No Brasil, há dez unidades, sendo duas localizadas na Região Nordeste: no Recife – primeira cidade a

Interessa à China, como evidenciado, que membros “bem-sucedidos” da diáspora invistam na economia chinesa (investimentos externos diretos) e, ao mesmo tempo, membros de diferentes segmentos sociais disseminem a cultura e os produtos industrializados chineses em seus países de residência. O resultado de tudo isso tem sido a intensificação de relações com o exterior. Nesse processo, cabe destacar as funções desempenhadas pelas associações nacionais dos imigrantes que residem fora do território chinês.

Carlos Freire da Silva (2018), em seu estudo acerca dos mercados populares no Centro de São Paulo, elucida a estruturação dessas organizações. Ele constata que, só no Brasil, a associação nacional consegue agregar em torno de trinta outras menores, pulverizadas pelo país. Estas têm o intuito de oferecer apoio direto aos imigrantes chineses em vários aspectos, o que inclui questões referentes à regularização de documentos e às informações culturais para favorecer a convivência com os cidadãos brasileiros. Ademais, são um dos elos – afora as representações diplomáticas – entre as políticas da RPC de promoção, distribuição e exportação de mercadorias *made in China* para os migrantes chineses residentes em outros países. Essas associações são também instâncias que fortalecem a relação econômica entre a China e o restante do mundo e, assim, contribuem para a promoção dos assuntos chineses no exterior.

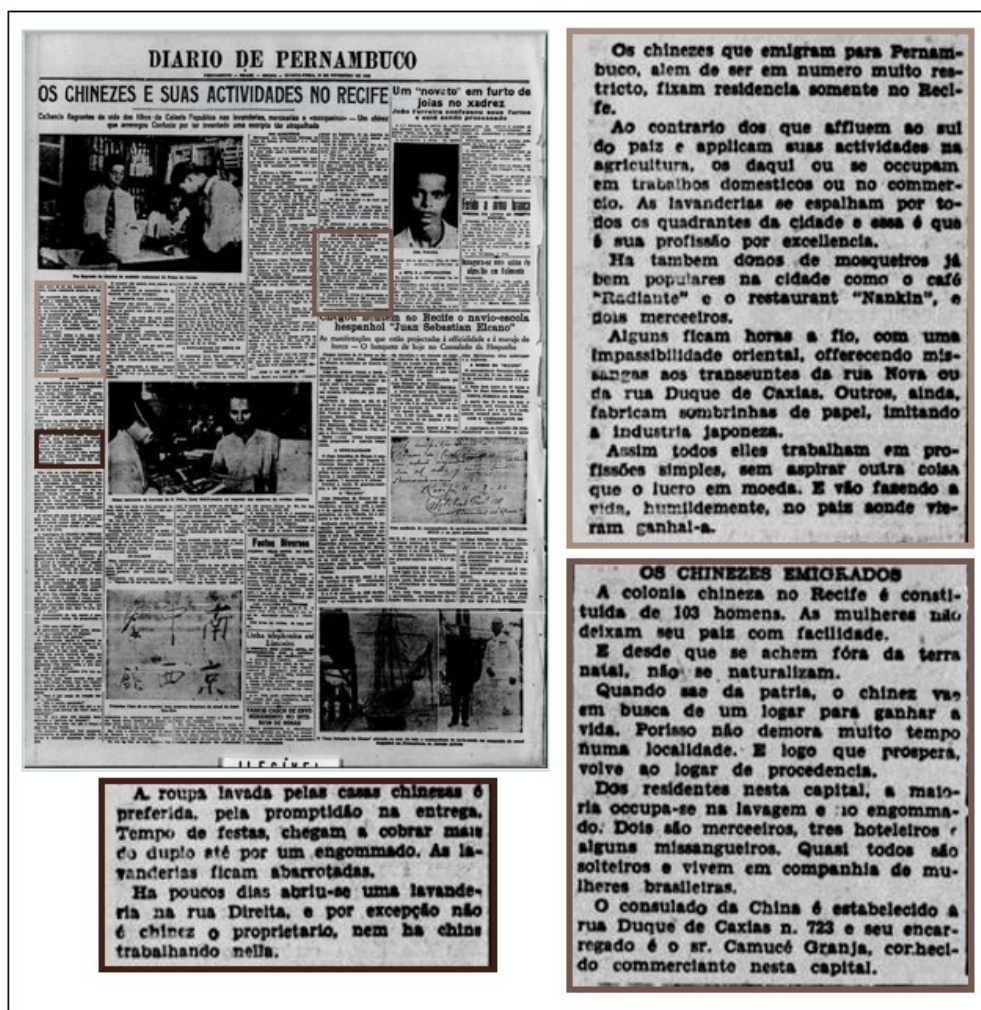
A prática comercial é principalmente facilitada graças aos governos das províncias chinesas, que conseguem se articular com os migrantes que estão no exterior por meio dessas associações. Dessa forma, alavancam economias locais chinesas mediante a viabilização de canais para a distribuição das mercadorias. É o que acontece, por exemplo, na província de Zhejiang, onde está localizada a cidade de Yiwu, considerada um dos maiores polos atacadistas de pequenas mercadorias do mundo. A sua gestão é comandada por uma empresa estatal, a Yiwu China Small Commodities City Group, que mantém contatos diretos com a Associação Chinesa do Brasil (SILVA, 2014).

4 Tradução livre.

A migração chinesa para a região Nordeste: o caso de Recife-PE

A cidade do Recife testemunhou a primeira leva migratória para o Nordeste. No dia 12 de fevereiro de 1936, o jornal impresso *Diário de Pernambuco* trouxe na sua edição⁵ uma reportagem de caráter etnográfica que aborda os primeiros migrantes chineses moradores da cidade do Recife, conforme pode-se apreciar abaixo.

Figura 2 – Os chineses e as suas atividades no Recife – *Diário de Pernambuco*



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 12.2.1936. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Constam na matéria três fotos, exibindo atividades por eles exercidas, e outra, ilustrando a escrita chinesa. Embora não se tenham dados censitários sobre a presença chinesa no Recife até a década de 1950, sabe-se mediante esse registro histórico que, na década de 30, havia 103 chineses – todos, homens solteiros – morando na cidade do Recife. Desse modo, de acordo com o recorte do

⁵ Foi realizada uma pesquisa no banco de dados digitais na Biblioteca Nacional. Utilizando-se filtros, deparou-se com o Jornal *Diário de Pernambuco*. Foram encontradas várias reportagens sobre os chineses em muitas das edições. Ideia semelhante foi feita por Ana Paulina Lee para subsidiar a sua análise publicada no livro *Mandarin Brazil (Race, Representation and Memory)*.

referido Jornal, pode-se considerar esta última década como sendo o marco da primeira onda migratória para a cidade.

Ainda segundo a reportagem, eles se fixaram no Recife para exercer atividades no ramo comercial. Naquela época, contabilizavam-se 23 lavanderias chinesas. Algumas delas localizavam-se na área central da cidade (ruas Antônio Carneiro, Carvalho Mendonça, Gervásio Pires, Riachuelo, Concórdia, da Paz, das Laranjeiras e das Trincheiras). Além disso, existiam dois restaurantes – ambos localizados no bairro de Santo Antônio, na rua do Pátio do Carmo –, o “Nankin” e o “Café Radiante.” Transcreve-se, a seguir, um trecho, considerado revelador das atividades dos chineses.

Os chineses que emigram para Pernambuco, além de ser um número muito restricto, fixam residência somente no Recife. Ao contrário dos que affluem ao sul do paiz e applicam as suas atividades na agricultura, os daqui ou se ocupam em trabalhos domésticos ou no commercio. As lavanderias se espalham por todos os quadrantes da cidade e essa é que é sua profissão por excellencia. (...) Morando nos seus próprios estabelecimentos de negócios, llevam uma vida monótona, só pr’a ajuntar dinheiro (Diário de Pernambuco, 1936)

Além das atividades relacionadas aos restaurantes e lavanderia, outras eram exercidas pelos chineses, a exemplo de merceiro⁶, hoteleiro, missangueiro, destacadas na reportagem como funções simples. Sabe-se que, a partir de então, o fluxo de migração se intensificou. Esse fato está diretamente ligado à ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder em 1949, o que provocou uma emigração oriunda da RPC para Taiwan e outros países do mundo. Na mesma época, houve uma diáspora proveniente de Taiwan, decorrente das fortes limitações geográficas de expansão de sua produção industrial e, portanto, de geração de emprego e renda.

A segunda leva de chineses em Pernambuco começou na década de 1970, vindos notadamente do Paraguai, de São Paulo e de Taiwan, graças aos contatos com os “chineses pernambucanos”. A terceira onda teve início nos anos 1990 e continua até os dias atuais, graças à consolidação das redes transnacionais de comércio chinês, realizada pela RPC (SILVA, 2008).

De acordo com estudo recente de Fusco e Queiroz (2018), a migração asiática (chineses, coreanos e japoneses) para o Nordeste brasileiro é expressiva, sobretudo a partir de 2009, um ano após o início da crise econômica mundial de 2008. Cabe destacar que, para responder a essa crise, o Brasil expandiu o gasto público com base num conjunto de medidas, entre as quais a redução da taxa de juros dos financiamentos, o que refletiu positivamente na economia brasileira. Esse fato possivelmente foi o motivador do aumento dos imigrantes no Brasil e na Região Nordeste. A partir de 2013, inicia-se a recente crise da economia brasileira, que perdura até os dias de hoje.

Os chineses estão dispersos em várias capitais dessa região. Ao desagregarmos as informações dos chineses por UFs de residência na Região Nordeste durante o período de 2000 a 2015, mediante os dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Cadastro e Registros de Estrangeiros/Ministério da Justiça – Polícia Federal (Sincre), constatamos uma maior concentração em Pernambuco (21,5%), seguida da Paraíba (21%), da Bahia (18%) e do Ceará (14%). O Estado de Pernambuco lidera no número de registro de migrantes de forma homogênea durante toda a série histórica. Tem o ápice no ano de 2005, com a inserção de 160 chineses registrados. Nos anos subsequentes, apresenta uma média de 27 novos registros.

Segundo Marcos de Araújo Silva (2008), 70% dos imigrantes chineses residentes em Pernambuco vieram de Taiwan. Isso não significa que, em termos étnicos, a maioria desses imigrantes não seja chinesa. Essa maioria é atualmente caracterizada como Han, uma das 56 etnias que a RPC reconhece em seu território, correspondente a mais de 90% da população chinesa.

⁶ Meceiro refere-se à venda de artigos de primeira necessidade.

Na capital pernambucana, como mencionado, as atividades mercantis chinesas se concentram em São José. Observa-se, no entanto, um movimento em direção à Boa Vista, na área considerada como de preservação histórica. O autor acima referido assim descreveu o ambiente do bairro de São José no início da terceira corrente migratória:

A partir da década de 1990, algumas ruas do bairro de São José, sobretudo, começaram a ficar visivelmente “chinesas” e a serem identificadas, em termos étnicos, pela presença de integrantes desse grupo. Atualmente, o movimento de consumidores e transeuntes nas áreas onde os estabelecimentos chineses se concentram é intenso durante todo o ano, principalmente nos três últimos meses. (SILVA, 2008, p. 48).

Apesar de as ruas de São José apresentarem características que remetem aos chineses, ainda não ostentam uma configuração que remeta ao espaço étnico chinês, como é o caso das Chinatowns. Dito de outra forma: a despeito de ter havido uma intensificação da concentração de atividades comerciais chinesas em São José, essa localidade não se estrutura enquanto espaço diretamente relacionado ao recorte de identidade étnica. Isso porque, como visto, São José se conforma como espaço de múltiplas trajetórias (italianos, árabes, judeus de vários países...), sendo os chineses representantes de mais uma trajetória.

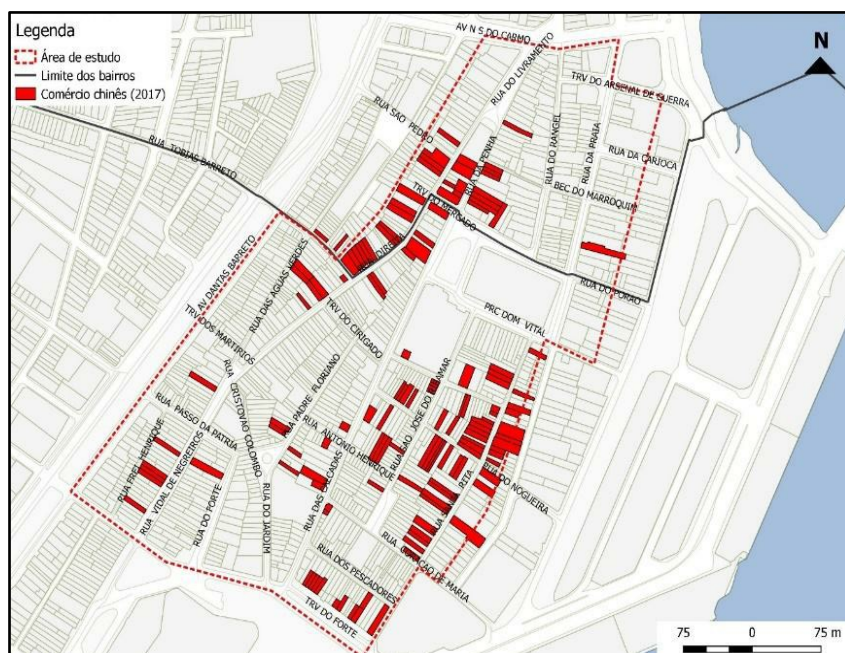
Isso não significa que os chineses ultramarinos não tragam uma identificação com a sua pátria e com o seu território. É justamente essa identificação que possibilita a criação de redes étnicas de solidariedade que vão além das fronteiras físicas do território de origem. Se as primeiras levas migratórias, ao chegarem ao país de destino, provavelmente se depararam com “uma impossibilidade de se reproduzir em um espaço físico, circunscrito e tangível”, como afirma Ma Mung (1994, p. 3), não se pode reafirmar isso sobre as últimas levas de migração chinesa. Apesar de não conformarem *Chinatowns*, como as construídas em outros países, a intensidade dos fluxos imigratórios chineses e a sua concentração em lugares comerciais populares e tradicionais de centros históricos brasileiros têm acrescentado a esses espaços mais uma trajetória (estória) na coleção de trajetórias incompletas.

Negociar e (re)territorializar no Centro Histórico

O estudo recente, desenvolvido por Goes (2015), sobre o comércio dos chineses aponta que, em Aracaju, eles estão presentes no Centro Histórico, mais precisamente na área de comércio popular, lugar com grande número de circulação de pessoas, sede das administrações locais, além de palco de manifestações culturais. Mediante um mapeamento, esse autor identificou, em 2012, os estabelecimentos desses migrantes no referido Centro. Ademais, constatou, por meio de dados da Polícia Federal, a presença de 63 chineses nessa cidade, no ano de 2015. Na década anterior, havia ali cerca de dez migrantes chineses⁷. Em Fortaleza não é diferente, os chineses também estão presentes na região central da capital, mormente nas galerias comerciais e nas ruas do Centro. Tal fenômeno se expande para os outros municípios do Ceará, como nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, onde os chineses concentram suas atividades nas respectivas áreas centrais. Bomtempo (2019) salienta que parte significativa dos chineses residentes em Fortaleza não mora em bairros periféricos, mas sim em bairros nobres da capital, o que denota o alto poder aquisitivo desses migrantes.

⁷ Embora tenha revelado um aumento significativo, o autor não apresentou uma comparação de intervalos temporais nos pontos comerciais no Centro Histórico da cidade analisada.

Figura 4 – Lotes ocupados por comércio chinês, 2017 – Centro Histórico do Recife



Fonte: Camila Soares de Macedo Silva, 2018.

De acordo com as Figuras 3 e 4, os estabelecimentos contabilizados estão localizados, principalmente, em ruas de grande fluxo, como a rua Direita e a rua Santa Rita, o que denota uma ocupação estratégica numa lógica de concentração nos espaços mais rentáveis do bairro de São José. Cabe destacar que a locação de imóvel é a principal porta de entrada dos chineses em São José. Segundo dados do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) da Prefeitura do Recife, referentes ao período 2001 a 2017, dos 136 estabelecimentos comerciais chineses identificados, apenas trinta são de propriedade de chineses. Isso implica que 78% do número de endereços ocupados pelos chineses referem-se ao aluguel. No ato de negociação imobiliária de aluguel, o anúncio é feito tanto em português quanto em mandarim. No ano de 2015, os preços de repasse dos pontos de lojas em São José, com aproximadamente 80 m², situavam-se numa faixa entre R\$ 20.000,00 e R\$ 50.000,00, o que revela o poder aquisitivo de muitos dos chineses lojistas ali instalados.¹⁰

Camila Silva (2018), em trabalho desenvolvido no âmbito da aludida pesquisa em rede, afirma que, em entrevista concedida em 2017, um funcionário da empresa Âncora Imobiliária observou que: “Há poucos inquilinos da Âncora desse tipo, eles vão até a empresa com tradutores para facilitar a negociação” (SILVA, 2018). Segundo o entrevistado, “desocupou um imóvel, o chinês aluga” (Ibid.), muitas vezes para abrir galeria e fazer sublocações. Sobre essas modificações, outra entrevista – realizada por essa autora com uma técnica da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Prefeitura do Recife (2019) – revela a existência de um quantitativo considerável de processos que apontam para as irregularidades das reformas realizadas na parte interna dos edifícios patrimonializados para atender às demandas do comércio chinês.

Cabe destacar que, para a intensificação da leva migratória pós anos 1990, especialmente nos anos 2000, muito contribuíram as políticas sociais federais do período de 2002 a 2014, que

¹⁰ Informações obtidas por Silva (2016) por meio de entrevistas e de contatos viabilizados graças aos anúncios de aluguel fixados nos imóveis situados em São José, onde constavam números de telefones e/ou celulares.

aumentaram o poder de consumo dos segmentos populares brasileiros, principais consumidores das mercadorias orientais ofertadas, principalmente em São José. Uma parcela significativa dos artigos chineses ofertados se refere a produtos das mais diversas utilidades, produtos de época (natalino, carnavalesco, junino etc.), vestuário e eletrônicos.

Carlos Silva (2018) chama a atenção, no caso da área central da cidade de São Paulo, para as transformações dos espaços construídos pelos chineses, em especial para recepcionar o comércio popular. Muitas vezes, lojas com espaços pequenos são subdivididas em tamanhos ainda menores, em formato de boxes, sublocados para outros comerciantes. Esse dinamismo do comércio tradicional chinês transmutando-se em galerias passou a ser bastante comum, notadamente na 25 de Março, no Brás e em Santa Efigênia. A demanda por tais espaços tem inflacionado os preços dos aluguéis, obrigando parte dos comerciantes chineses a migrar para outras regiões. O depoimento de Carlos Silva, portanto, colabora com o que vem ocorrendo no Centro Histórico recifense em termos do aumento dos estabelecimentos chineses.

É o caso do emblemático Cine Glória, localizado no bairro de São José, inaugurado em 1926. Em anos recentes, esse cinema foi transformado numa galeria com vários boxes destinados ao comércio chinês. Em 2019, passou a ser uma única loja de artigos para festas infantis. Embora na fachada conste Galeria Glória, a loja é chamada Lin Lin e pertence a uma família chinesa.

Sobre a relação familiar, pesquisa realizada por Neves, Maciel e Silva (2019) – a partir de dados da Polícia Federal sobre a condição de entrada do migrante no período de 2016 a 2018 em Pernambuco –, indica duas alegações majoritárias para a obtenção de visto: motivos familiares e abertura de comércio. Como argumentam esses autores, essas duas alegações não são independentes, provavelmente estão correlacionadas. Ainda segundo eles, é a partir da estruturação familiar que se forma uma rede entre os coétnicos, fundamentada na confiança-lealdade, valores confucianos. Estruturação que ancora uma rede de negócios chineses. Família e negócios estão tão fortemente relacionados que “Quem quiser fundar uma empresa que funde primeiro uma família” (ARAÚJO, 2010). Essa relação é robustecida pelo idioma: o mandarim.

Não se pode olvidar que um dos maiores traços identitários de um povo é a linguagem, porquanto manifestação cultural que fundamenta a sua circunscrição enquanto comunidade. Segundo Frantz Fanon (2008, p. 33), falar é “[...] sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Elemento essencial na construção das subjetividades, possibilita o elo das novas gerações com a herança cultural da comunidade à qual pertencem.

Para os chineses que aportaram no Brasil, o ato de se comunicar, de se manifestar por meio da oralidade, representou e ainda representa um grande desafio do processo de reterritorialização. Afinal, é por meio dela que a identidade se manifesta com mais força. Ocorre que o mandarim mantém distância dos idiomas de origem latina, como o português. Desafio que contribuiu/contribui para que eles se fechem nos seus ciclos familiares e de amigos. Mais ainda: que eles promovam mecanismos de apoio, de proteção, como as 30 mencionadas associações espalhadas pelo Brasil afora. No caso da capital pernambucana, a Associação da Comunidade Chinesa do Recife Brasil (ACCRB), assim como as demais, oferece apoio aos chineses, notadamente quanto à regularização de documentos e às informações culturais para favorecer a convivência com os brasileiros. Essa Associação vem cumprindo uma importante função. Não sem razão, em 2017 foi homenageada pela Câmara dos Vereadores do Recife.

A adaptação ao espaço de chegada, para muitos, é longa e dolorosa. Representa uma aventura permeada pelo medo do desconhecido. Medo que se mescla com a esperança de uma nova vida. Esta, no entanto, não pode se desvincular inteiramente da passada. É necessário que ela seja

reproduzida, senão na sua totalidade, pelo menos em parte. Daí a reprodução em São José de tantas marcas identitárias.

Na paisagem cotidiana dessa localidade começam a emergir traços que caracterizam o território chinês, conforme a Figura 5 que expressa a imagem da entrada de restaurante chinês com o vermelho e a estrela amarela da bandeira da RPC. É comum a cor vermelha e a nomenclatura comercial chinesa exibidas em quantidade significativa nos letreiros fixados nas fachadas das lojas (SILVA, 2016).

Figura 5 – Restaurante chinês na rua do Livramento – Recife



Fonte: Priscila Vasconcelos, 2015.

Ao caminhar por essa área comercial, escuta-se a língua nativa no interior das lojas e nas ruas, seja por meio da comunicação entre os chineses, seja através das músicas asiáticas colocadas em caixas de som provenientes das lojas. Em entrevista, realizada por Silva, em 2015, com um açougueiro no Mercado de São José – um dos pontos centrais e pulsantes do bairro de São José, cuja construção teve início em 1875 –, ficou claro que ele vende muita carne suína para a clientela oriental; para isso, precisou aprender a cortar a carne “à moda chinesa”. Ele apontou para uma peça de carne e disse: “eles só gostam dessa parte da costela, mas tem de ser cortada da forma deles, da forma que eles querem”. Durante a conversa, chegaram dois chineses que pretendiam comprar carne. A transação aconteceu por meio de gestos, pois os consumidores não falavam português, mas gesticulavam com as mãos como deveriam ser realizados os cortes pelo açougueiro.

Em uma breve caminhada em São José é possível verificar que as lojas chinesas ofertam uma variedade de produtos (bolsas, bijuterias, maquiagem, roupas, objetos de decoração e pequenos acessórios eletrônicos). Embora as mercadorias sejam diversas, cada uma delas exhibe praticamente o mesmo portfólio de produtos.

Os comerciantes chineses exercem dois arranjos de negócios em São José: o comércio no varejo e no atacado. Este último possibilita fornecer mercadorias para grupos de comerciantes brasileiros, muitos deles ali localizados ou sediados em outras cidades do estado de Pernambuco, como é o caso da cidade de Caruaru¹¹, e dos estados circunvizinhos, como o da Paraíba.

Apesar da rede estruturada e concentrada do comércio chinês em São José, o processo de ampliação da territorialidade chinesa no CHR tem extrapolado os limites do núcleo tradicionalmente comercial. Isso pode ser evidenciado por meio de novos projetos como o da construção do *Shopping Chinatown* Recife. As informações constantes no Portal de Finanças da Prefeitura do Recife revelam que este empreendimento será localizado no bairro da Boa Vista, na área correspondente à Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, mais especificamente no Setor de Preservação Ambiental. Ocupará um terreno de 20.537,06 m².

O projeto desse *shopping* informa – para além da sinalização do movimento de concentração/desconcentração espacial – o quanto uma parte dos empresários chineses do Recife é capitalizada. Aliás, como observado, os comerciantes chineses pagam relativamente elevados aluguéis. Essa constatação é visível em São José, tradicionalmente local de aluguéis elevados. Quando se trata de um empreendimento de grande porte como um *shopping*, fica ainda mais evidente a capacidade de investimento desses empresários.

Sobre os bairros de moradia dos chineses, no decorrer de algumas entrevistas, percebeu-se que parte deles exerce a função de gerência, mora no mesmo bairro (São José), próximo ao comércio, nos prédios conhecidos como *As Torres Gêmeas*, ocupadas por integrantes da classe média alta. Assim, eles vão a pé para o trabalho. Outra parte habita nos bairros Pina e Boa Viagem (ambos na zona sul do Recife), caracterizados como local de moradia dos segmentos de média e alta renda.

Finalizando e recomeçando

A entrada dos chineses com todo o seu aparato cultural e institucional tem contribuído nas imbricações de trajetórias no Centro Histórico do Recife, notadamente em São José, área conhecida como *Vuco-vuco*. Este se conforma como “lugar” de abertura ao ostentar inúmeras multiplicidades, ou melhor, uma “pluralidade contemporânea” de distintas trajetórias coexistentes (MASSEY, 2015). Trata-se, portanto, de um contínuo processo de construção de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004). Estas criam ramificações que se relacionam, simultaneamente, com os múltiplos territórios, não se restringindo apenas à territorialidade chinesa, mas promovendo sua interação com territórios múltiplos. Interação que, ao atravessar o aspecto simbólico, fomenta uma hibridização entre os migrantes e suas espacialidades subjacentes ao chegarem na cidade receptora com o “outro” territorializado. Isso pode acarretar conflitos em decorrência de o indivíduo híbrido pertencer a múltiplos territórios com tradições, rituais e memórias vinculados às suas referências do país de origem (HAESBAERT, 2001).

Como evidenciado, os empreendimentos asiáticos são facilmente reconhecidos pela estética das lojas e pelos tipos de produtos vendidos. Assim, emergem quase como num “padrão fordista” na constituição paisagística do ambiente patrimonializado. Constituição paisagística que, por sua vez, revela uma disputa no território, fortemente potencializada com a crise econômica a partir de 2014 em consonância com a incapacidade de antigos/tradicionais comerciantes brasileiros manter o aluguel. Experiência diferente da vivenciada pelos chineses, uma vez que são relativamente mais

11 Consultar Silva (2008) para maiores detalhes sobre os chineses em Caruaru-PE.

capitalizados. Isso justifica dois movimentos espaciais simultâneos: um de concentração, na área correspondente a São José (Vuco-vuco), e outro de expansão territorial, em direção à Boa Vista.

Nesta situação de disputa territorial, impulsionada pela demanda chinesa por espaços construídos, os proprietários imobiliários têm a oportunidade de aumentar seus rendimentos por meio do acréscimo dos aluguéis. Não sem razão, alguns chineses tornam-se proprietários, entram no circuito das transações de compra e venda do mercado imobiliário e detêm um controle maior sobre o espaço patrimonializado.

Entre os motivos para a concentração/desconcentração de estabelecimentos chineses no Centro Histórico do Recife, três são mais evidentes: (i) a localização estratégica desse Centro em relação ao Complexo Industrial e Portuário de Suape, o que permite utilizar a sua logística a fim de armazenar as mercadorias saídas da China para o Nordeste brasileiro; (ii) a funcionalidade histórica desse Centro, mais especificamente de São José, enquanto comércio popular, o que tem viabilizado um intenso fluxo de pessoas nessa área; (iii) a oportunidade dos comerciantes chineses de melhor se posicionarem no mercado de aluguel de São José, por deterem um maior poder aquisitivo no cotejo com os antigos comerciantes. Assim, esses migrantes acessam espaços construídos destinados à venda das mercadorias e, também, ao seu armazenamento. As mercadorias são importadas em grande quantidade, conforme salientado por Silva (2008), contando, além da logística de Suape, com a disponibilidade de depósitos próximos.

Retomando a pesquisa de campo, em 2019, foi possível uma maior aproximação com os chineses e paralelamente o início da atualização do quantitativo de suas lojas. Nessa ocasião, foi constatada o avanço do comércio chinês para os pátios das igrejas do Livramento e de São José do Ribamar e para a Avenida Dantas Barreto e adjacências, situação não observada nos levantamentos de 2015 e 2017. No entanto, veio a pandemia, o que paralisou a pesquisa de campo.

Para finalizar, cabe referir a importância da continuidade da pesquisa, a indagar sobre as implicações da Covid-19 nos movimentos de concentração e desconcentração espacial das atividades comerciais dos chineses no Centro Histórico recifense e sobre os desafios dessa pandemia no processo de re(territorialização) desses migrantes. Desafios que, provavelmente, reverberam na construção das multiterritorialidades nessa centralidade urbana e histórica.

Referências

- ARAÚJO, M. S. (2010) Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, território e identidade através da prática comercial e religiosa. In: *Cadernos do CEOM*. Chapecó, volume 23, número 32, pp. 221-240. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/674>> Acessado em: 10 jan. 2020.
- BOMTEMPO, D. C. D. (2019). Migração Internacional, Economia Urbana e Territorialidades: International Migration, Urban Economy and Territorialities. *Boletim Goiano De Geografia*, 39, 1–26. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/55885>> Acessado em: 22 jan. 2020.
- BOLT, P. J. Looking to the Diaspora: The Overseas Chinese and China's Economic Development, 1978-1994. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol. 5, n. 3, 1996, pp. 467-496. Disponível em: < <https://muse.jhu.edu/article/444240/pdf>> Acessado em: 22 jan. 2020.
- CARRIÓN, F. (2010) *El laberinto de las centralidades históricas en América Latina*. Quito: Ministerio de Cultura del Ecuador.
- FANON, F. (2008) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N. de. (2018) Asiáticos no Nordeste Brasileiro. In: BAENINGER, R.; FERNANDES, A. (Orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Seta Empresarial Ltda, v. 1, pp. 526-535. Disponível em: < <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>> Acessado em: 22 jan. 2020.
- GOES, A. (2015) A imigração chinesa em Aracaju: percursos e discursos de uma presença em construção. *Tomo (UFS)*, v. 1, p. 303-330. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4410>> Acessado em: 22 jan. 2020.
- HAESBAERT, R.; TRAMONTANI RAMOS, T. (2009) O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia*, 6(12). Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13478>> Acessado em: 12 fev. 2020.
- SANTA BÁRBARA. M. de J. e HAESBAERT, R. (2009). Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças. *GEOgraphia*, 3(5), 33-46. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13398> > Acessado em: 12 fev. 2020.
- HONG L.; DONGEN, E. V. (2016) China's Diaspora Policies as a New Mode of Transnational Governance. *Journal of Contemporary China*, 25:102, p. 805-821. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10670564.2016.1184894>> Acessado em: 12 fev. 2020.
- KISSINGER, Henry A. (2011) *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LACERDA, N. (2021) Alugam-se imóveis no bairro de São José: pouco importa o valor histórico-cultural dos bens materiais. In: Pontual, V. *Olhares e vozes: disputas de representações*. Recife: Editora Cepe.
- MASSEY, D. (2015) *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MA MUNG, E (1994) Non-lieu et utopie: la diaspora chinoise et le territoire. *Espace géographique*, tome 23, nº 2, p. 106-113. Disponível em: < https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1994_num_23_2_3280> Acessado em: 12 fev. 2020.
- NEVES, T.; MACIEL, D. e SILVA, B. (2019) Chinese Migration Dynamics in Brazillian Northeast: Initial considerations by the analysis of Chinese migration profile in Pernambuco's cities. *Caderno Boletim do Tempo Presente*, v.8 n.03: Jul – Set. Disponível em: < <https://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/12600>> Acessado em: 15 fev. 2020.
- POSTON D. L; WONG, J. H. (2016) The Chinese diaspora: The current distribution of the overseas Chinese population. *Chinese Journal of Sociology*. 2(3), p. 348-373. Disponível em: < <https://www.cjs.shu.edu.cn/EN/10.1177/2057150X16655077>> Acessado em: 15 fev. 2020.
- SANTOS, M. (2007) *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, C. F. da. (2014) Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo. *Tese (Doutorado)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Sociologia. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31032015-105012/pt-br.php>> Acessado em: 15 fev. 2020.

SILVA, C. F. da. (2018) Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo. *Cadernos Metrópole*. vol. 20, n. 41, p. 223-243. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2018-41111> > Acessado em: 22 jan. 2020.

SILVA, M. de A. (2008) Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco. *Dissertação (Mestrado)*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Antropologia. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/445> > Acessado em: 02 Dez. 2019.

SILVA, J. M. A. (2016) Território de comerciantes chineses no centro histórico de Recife: o caso do bairro de São José. *Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Ciências Geográficas.

SILVA, C. S. de M. (2018) A dinâmica espacial do mercado imobiliário de aluguel comercial em áreas históricas dos bairros de Santo Antônio e São José (Recife). *Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Arquitetura e Urbanismo.

TEIXEIRA, C. G. P.; MANDELBAUM, H. G. (2017) A diáspora chinesa como instrumento da política externa: de Pequim e suas implicações para a China Maior. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 8 (2), p. 55-78. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/297>> Acessado em: 22 jan. 2020.

Periodicos

Diário de Pernambuco. Ano: 1936. Edição n. 00036A (1). Quarta-feira, 12 de fevereiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=chinezes&pagfis=18274> Acessado em: 22 jan. 2020.